

Deputados rejeitam prorrogação do FEF

Depois de sondar os líderes dos partidos aliados do Governo, a equipe econômica decidiu deixar de lado, o que não significa descartar totalmente, a proposta de prorrogação do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), com aumento da vinculação dos recursos de 20% para 40%. Os líderes já tinham avisado que não aceitariam a proposta e o assunto nem foi abordado ontem na reunião do Palácio da Alvorada. Mas a medida foi mantida no texto do Governo.

Como a vigência do FEF termina em dezembro de 1999, os líderes aliados disseram que este não é o momento de discutir o assunto e sim no próximo ano. Ao saírem da reunião, eles diziam que a proposta havia sido retirada do ajuste. "Está acertada a prorrogação, mas já estamos descartando o aumento em função da situação difícil de estados e municípios", disse o líder do PSDB, Aécio Neves (MG).

"O FEF não está no pacote.

Não haverá medida agora", garantia o líder do PMDB, Geddel Vieira Lima (BA). Nem mesmo os aliados do Governo sabiam que a proposta continuava integrando as medidas do ajuste. "Não era para estar no texto", disse Aécio Neves. "Saímos de lá achando que não estaria. Se só vence em dezembro de 99, porque tratar disso agora", questionava o líder do PFL, Inocêncio Oliveira (PE).

O líder do Governo, Arnaldo Madeira (PSDB-SP), explicou que a proposta não entra no pacote de agora. A possibilidade é colocada para o próximo ano, segundo ele, caso o Congresso não consiga concluir em 1999 a reforma tributária. Os líderes nem querem considerar a proposta, mas se ela for enviada ao Congresso não contará com o apoio nem dos aliados. "Se tiver no texto, não passa. Há um sentimento na casa de que não se pode tirar mais dinheiro de estados e municípios", sentenciou Inocêncio. (G.M.)

Participação do FPE e FPM sobre Imposto de Renda e IPI (%)

